

Universidades Lusíada

Seia, Cristina Aragão, 1965-

Eleições legislativas no Luxemburgo (3 de Outubro de 2023)

<http://hdl.handle.net/11067/7485>

<https://doi.org/10.34628/AQYW-4E88>

Metadata

Issue Date	2023
Publisher	Universidade Lusíada Editora
Keywords	Eleições - Luxemburgo
Type	article
Peer Reviewed	yes
Collections	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 08 (Julho-Dezembro 2023)

This page was automatically generated in 2025-04-19T01:01:49Z with information provided by the Repository

Eleições legislativas no Luxemburgo (8 de Outubro de 2023)

Cristina Aragão Seia¹

DOI: <https://doi.org/10.34628/AQYW-4E88>

1. Introdução

O Grão Ducado do Luxemburgo ou Luxemburgo, *tout court*, é um dos 6 estados fundadores da NATO, da OCDE, do Benelux, da ONU e da actual União Europeia e o único Grão Ducado soberano do mundo. Localizado na Europa Ocidental, faz fronteira a norte e a oeste com a Bélgica, a leste com a Alemanha e a sul com a França. Com uma área de 2.856 km², pertence ao grupo dos estados mais pequenos da Europa. É também um dos menos povoados, com cerca de 660.000 habitantes, dos quais metade são nacionais de outros estados, sendo cerca de 170 as nacionalidades presentes, a que se juntam cerca de 200.000 trabalhadores fronteiriços que se deslocam diariamente para aí trabalhar. A título de exemplo, refira-se que mais de 70% dos residentes na capital, a cidade de Luxemburgo, são de nacionalidade estrangeira. É esta, também a razão pela qual são várias as línguas que ali se falam, fazendo do Luxemburgo o país mais multilíngue da Europa. Não obstante, a língua oficial do Grão-Ducado é o luxemburguês², pese embora em questões administrativas o francês, o alemão e o luxemburguês sejam utilizados indistintamente. Aliás, a legislação é redigida em francês e o alemão é a língua dominante na imprensa escrita.

O Luxemburgo tem uma economia robusta, sendo considerado um dos países do mundo com o PIB/*per capita* mais elevado³. O sector financeiro, altamente especializado e qualificado, ocupa um lugar de grande relevo na actividade económica do país que também é considerado como um paraíso fiscal, razão pela qual tem atraído investidores, clientes e empresas de todo o mundo. Não obstante, o país não ficou indiferente à crise económica global, ressentindo-se em virtude do aumento da dívida pública, em 2023, estando já a conhecer alguma retoma económica. Tal conjuntura exige, porém, alguma austeridade, para ser possível desacelerar o crescimento da despesa pública e, dessa forma, ser possível reduzir o défice, sendo certo que os

governantes luxemburgueses já asseguraram que não iriam aumentar os impostos, para não pôr em causa a competitividade e atractividade que o Grão Ducado representa para as empresas e demais investidores estrangeiros.

Membro fundador da União Europeia (à data Comunidade Económica Europeia) e, mesmo antes, do Benelux, união aduaneira com a Bélgica e os Países Baixos, o Luxemburgo é um acérrimo defensor da integração política e económica europeia. De entre os vários serviços europeus que ali se encontram sediados, destacam-se o Tribunal de Justiça da União Europeia, o Tribunal de Contas e o Banco Europeu de Investimento.

2. Regime político e eleitoral

O Luxemburgo é uma democracia representativa liderada por um monarca constitucional, o Grão-Duque Henri, da Casa de Nassau-Weilburg, cujos poderes são definidos pela Lei Fundamental do país. A actual Constituição data de Outubro de 1868 e teve a sua última revisão em Julho de 2023.⁴

Em termos políticos e administrativos, o Luxemburgo divide-se em 12 cantões (Capellen, Clervaux, Diekirch, Echternach, Esch-sur-Alzette, Grevenmacher, Luxemburgo, Mersch, Redange, Remich, Wiltz e Vianden), que, por seu turno, se dividem em 100 municípios, 12 dos quais têm estatuto de cidade.

O Grão-Duque é, também, o chefe de estado e exerce o poder executivo, em conjunto com o Governo, que é composto por vários ministros e secretários de estado e presidido pelo primeiro-ministro.⁵

O poder legislativo encontra-se atribuído a uma assembleia unicameral, designada por Câmara de Deputados, composta por 60 membros, eleitos para o exercício de mandatos de cinco anos, por quatro círculos eleitorais (a Norte, encontram-se os cantões de Clervaux, Diekirch, Redange, Wiltz e Vianden; a Sul, os de Capellen e Esch-sur-Alzette; no Centro, Luxemburgo e Mersch; e, por fim, a Leste, os cantões de Echternach, Grevenmacher e Remich). A eleição faz-se por sufrágio directo e universal, de acordo com as regras da representação proporcional, podendo ser por lista ou nominativo. Cada eleitor pode optar por votar na lista de um partido ou, em alternativa, escolher entre candidatos de diferentes listas, que indicará nominalmente. Neste caso, se assim se entender, podem ser atribuídos dois votos ao mesmo candidato, não podendo, no entanto, ser atribuídos mais votos do que o

1 Professora auxiliar da Universidade Lusíada. Investigadora integrada do CEJEIA – Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais.

2 Artigo 4º da Constituição do Luxemburgo. Aliás, o conhecimento do luxemburguês é um critério de naturalização.

3 Cfr. Eurostat. Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/w/DDN-20240220-2>

4 Disponível em <https://legilux.public.lu/eli/etat/leg/constitution/1868/10/17/n1/consolide/20230701>

5 Artigo 44º da Constituição do Grão-Ducado.

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NO LUXEMBURGO

número de lugares disponíveis, sob pena do voto ser considerado nulo.⁶ Efectivamente, cada eleitor dispõe de um número de votos igual ao número de lugares a preencher pelo seu círculo eleitoral. Um eleitor apenas pode votar numa lista, salvo se a lista escolhida contiver menos candidatos do que o número de deputados a eleger no respectivo círculo eleitoral

Para votar e ser eleito é necessário ter nacionalidade luxemburguesa, ter mais de 18 anos de idade à data das eleições, gozar de direitos civis e políticos e ter residência no Luxemburgo. Os nacionais luxemburgueses residentes no estrangeiro podem votar por correspondência. Não são elegíveis pessoas com condenações por infracções penais, aqueles que, em matéria correcional, tenham sido privados do direito de voto por condenação e os adultos sob tutela.⁷

O voto é secreto e obrigatório.⁸

Da estrutura política do Grão-Ducado faz, também, parte um outro órgão, o Conselho de Estado, composto por 21 cidadãos, indicados pelo Grão-Duque, que emite pareceres e aconselha a Câmara dos Deputados na elaboração dos projectos e propostas de legislação.⁹

3. As eleições legislativas de 8 de Outubro de 2023

3.1. Considerações gerais

As eleições legislativas luxemburguesas realizaram-se no passado dia 8 de Outubro de 2023, com vista a eleger os 60 membros da Câmara dos Deputados.

Foram vários os partidos que se apresentaram às eleições. Do centro, apresentou-se o Fokus, um partido novo, liderado por Frank Engel, de ideologia pragmática e eurofila; de centro-direita, o CSV (Chrëschtlech-Sozial Vollekspartei/Partido Popular Cristão-Social), liderado por Luc Frieden; e o DP (Demokratesch Partei/Partido Democrático), liberal, eurofilo, de Xavier Bettel, primeiro-ministro cessante. De centro-esquerda, apresentou-se o social-democrata LSAP (Lëtzebuenger Sozialistesche Arrbechterpartei/Partido Trabalhista Socialista do Luxemburgo), com Paulette Lenert como presidente; os ecologistas déi Gréng (Os Verdes) de Sam Tanson; e o Volt Lëtzebuerg (Volt Luxembourg), este recentemente criado. De esquerda, o partido déi Lenk (A Esquerda), de ideologia anticapitalista e feminista; e, de extrema-esquerda, o marxista-leninista e eurocético KPL (Kommunistesch Partei Lëtzbueerg/Partido comunista luxemburguês), de Ali Ruckert. Por seu turno, de direita, o populista e anti-sistema Liberté-Frâiheet, de Roy Reding, que surgiu pela primeira vez; o eurocético e nacional-conservador ADR (Alternativ Demokratesch Reformpartei/Partido reformista de Alternativa Democrática), de Fred Keup; e o DK (déi Konservativ/Os Conservadores), de Joe Thein, conservador e patriótico. Submeteu-se, ainda, ao escrutínio popular, o PPL (Piratepartei Lëtzebuerg/Partido Pirata), de Sven Clement, defensor da ciberdemocracia, do acesso à informação e da protecção da vida privada.

Foram 649 os candidatos a deputados, dos quais 278 do sexo feminino e 371 do masculino.

6 *Ibidem.*

7 Cfr. Site oficial das eleições no Grão-Ducado do Luxemburgo 2023: <https://elections.public.lu/fr/elections-legislatives/2023/resultats.html>

8 Artigo 63º da Constituição.

9 Artigo 95º da Constituição.

A participação eleitoral no Luxemburgo é uma das mais elevadas da Europa. Nestas eleições, votou cerca de 90% do eleitorado. Dos 286.739 eleitores, votaram 249.968. Votaram por correspondência 70.189.

3.2. Resultados das eleições¹⁰

A votação por partidos e consequente atribuição de lugares foi a seguinte, sendo certo que no quadro que se segue só foram considerados individualmente os partidos que efectivamente obtiveram representação na assembleia legislativa.

Partido, Movimento, Aliança, Coligação	Votos (%) (+/- 2018)	Deputados (+/- 2018)
CSV (Partido Popular Cristão-Social)	29,21 (+0,90)	21 (=)
LSAP (Partido trabalhista socialista luxemburguês)	18,91 (+1,31)	11 (+1)
DP (Partido Democrático)	18,70 (+1,78)	14 (+2)
ADR (Partido Reformista de Alternativa Democrática)	9,27 (+0,99)	5 (+1)
déi Gréng (Os Verdes)	8,55 (-6,58)	4 (-5)
PPL (Partido Pirata)	6,74 (+0,29)	3 (+1)
déi Lénk (A Esquerda)	3,93 (-1,55)	2 (=)
Outros	4,68 (-0,67)	0 (=)
	VOTOS NULOS	10.735 (4,29%)
	VOTOS EM BRANCO	7.889 (3,15%)
	TOTAL DE VOTOS	250.034 (100%)
	ABSTENÇÃO	12,80%

4. Conclusão

A coligação DP-LSAP-Verdes que se encontrava no Governo, desde 2018, com maioria absoluta, acabou por perder as legislativas de 2023. Apesar do LSAP e do DP terem obtido mais votos do que nas eleições precedentes, tal não foi suficiente para conseguirem compensar a perda de votos e, consequentemente, de mandatos, sofrida pelos Verdes, que desceram 6,58% na votação, com a consequente perda de mais de metade dos lugares que tinham na Câmara dos Deputados.

O partido Lénk, de esquerda, sofreu uma ligeira descida, mantendo, porém, o mesmo número de deputados que tinha antes.

O Volt, o Fokus, o DK, o KPL e o Liberté-Frâiheet não obtiveram votação que lhes permitisse ter representação na Câmara dos Deputados.

Já o ADR e o PPL aumentaram sensivelmente a sua votação, conquistando ambos mais um deputado.

10 Resultados oficiais disponíveis em <https://elections.public.lu/fr/elections-legislatives/2023/resultats.html>

Por seu turno, o CSV posicionou-se em primeiro lugar, com uma ligeira subida, que, contudo, não lhe permitiu aumentar os lugares que tinha antes.

Após 5 semanas de negociações, a 15 de Novembro, o CSV e o DP acabaram por se coligar e formar um governo, com Luc Frieden, líder do primeiro, como primeiro-ministro. Xavier Bettel, do DP, antigo primeiro ministro, passou para segundo do governo – vice primeiro-ministro –, acumulando as funções de Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Externo e Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e dos Assuntos Humanitários.

O CSV indicou Gilles Roth (Finanças), Martine Hansen (Agricultura, Alimentação e Viticultura e Defesa do Consumidor), Léon Gloden (Administração Interna), Elisabeth Margu (Justiça) e Georges Mischo (Desporto e Trabalho).

Por seu turno, o DP indicou Serge Wilmes (Função Pública e Meio Ambiente, Clima e Biodiversidade), Martine Deprez (Saúde e Segurança Social), Eric Thill (Cultura), Stéphanie Obertin (Digitalização e Investigação e Ensino Superior), Max Hahn (Família, Solidariedade, Integração e Acolhimento de Refugiados), Yuriko Backes, (Defesa, Mobilidade e Obras Públicas e Igualdade de Género e Diversidade), Lex Delles (Assuntos Económicos, Energia e Turismo) e Claude Meisch (Educação, Infância e Juventude e Habitação e Ordenamento do Território). Destes nomes, apenas Eric Thill e Stéphanie Obertin não transitaram do governo anterior, o que demonstra a intenção de dar alguma estabilidade, coerência e uma certa continuidade às políticas governamentais seguidas pelo anterior executivo.

Luc Frieden anunciou várias medidas do programa do novo governo, destacando, entre muitas outras, a não criação de impostos novos (o que o sector financeiro receava) e o ajustamento da tabela fiscal, no sentido de uma redução, a partir de Janeiro de 2024, bem como a revisão dos escalões, até 2026; no sector da habitação, o qual está em crise no Luxemburgo como em outros estados membros, de que Portugal é exemplo, a obrigatoriedade de os novos projectos de construção destinarem 30% a habitação acessível e a redução do imposto sobre as mais-valias imobiliárias; em matéria de energia e ambiente, o investimento em fontes energéticas renováveis, com particular incidência na energia fotovoltaica; em matéria de saúde e social, a criação de centros de saúde e consultórios colectivos para aliviar a pressão sobre os hospitais e as urgências, a alteração da licença parental de 6 para 9 meses e a adopção facilitada para casais, quer heterossexuais quer homossexuais, e para pessoas solteiras; em matéria de segurança, a criação de um corpo de policia municipal. Segundo o primeiro-ministro em funções, «c'est un programme ambitieux pour renforcer le Luxembourg, son économie, le pouvoir d'achat des gens, diminuer la pauvreté de ceux qui sont en situation précaire ou encore améliorer l'accessibilité aux soins».¹¹

Por seu turno, o Ministro das Finanças, Gilles Roth, considera inevitáveis medidas de austeridade para controlar a dívida pública. Resta saber como vai o novo governo conciliar o seu programa com este imperativo. Também no Luxemburgo, se aguarda por melhores dias!

¹¹ Tradução literal: «trata-se de um programa ambicioso para reforçar o Luxemburgo, a sua economia, o poder de compra das pessoas, diminuir a pobreza daqueles que se encontram numa situação precária ou ainda melhorar o acesso a cuidados». Virgule, 16.11.2023. Disponível em <https://www.virgule.lu/luxembourg/laccord-de-coalition-est-signé-voici-les-premieres-mesures-du-prochain-gouvernement/4781160.html>